

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Título: Estrutura- Constituição de 1988

#### Autor(res)

Adriano De Souza Figueredo  
Gabriel Wellington Da Silva Tavares  
Lilia Karla Sousa Da Mata  
Kleber Alves Campos  
Isa Vitória Silva  
Leandro Nicacio Dos Santos Moura  
Layra Fabia Ribeiro Tavares

#### Categoria do Trabalho

2

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

#### Introdução

A Constituição Federal atualmente vigente foi promulgada em 5 de outubro de 1988, após 20 meses de trabalho. Criada logo após o final da ditadura militar, ela foi idealizada a partir de diversas discussões e participações da sociedade. Seu objetivo era assegurar a liberdade de pensamento e gerar mecanismos para limitar o poder estatal. Essa Constituição trouxe inovações no âmbito dos direitos humanos e políticos, além de resgatar garantias individuais que já eram previstas desde o documento histórico conhecido como a Carta Magna de 1946. Essas garantias haviam sido suprimidas durante o período militar, que foi um regime civil-militar brasileiro que durou 21 anos e foi comandado por cinco generais. A Constituição de 1988 visa trazer a inviolabilidade dos direitos, promovendo liberdades e igualdade. Ela também determina os direitos e obrigações dos cidadãos e entes políticos do nosso país.

#### Objetivo

Será explorado como foi instituída a Constituição em vigor, destacando seus avanços distintos e como modificou o Estado. Além disso, focaremos em específicos aspectos de evolução e melhoria na Sociedade, como também abordará reflexões sobre a supremacia da Constituição e seu papel na garantia de direitos fundamentais e a limitação do poder estatal.

#### Material e Métodos

Este estudo utilizou uma abordagem cronológica para estudar a história da Constituição do Brasil, focalizando momentos-chave como o regime monárquico de 1824 e a transição para a República de 1891. Isso permitiu uma visão panorâmica das mudanças constitucionais ao longo do tempo. Outro método importante foi a análise comparativa, identificando semelhanças e diferenças entre diferentes constituições brasileiras, incluindo dispositivos constitucionais, princípios fundamentais e sistemas de governo adotados ao longo de diferentes períodos históricos. O estudo centrou-se na interpretação de textos constitucionais no contexto histórico, social,

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



cultural e na análise judicial.

### Resultados e Discussão

A CF 88 é a norma suprema do Brasil, superior a todas as outras leis. Ela estabelece o Brasil como um Estado Democrático de Direito, formado pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e o Distrito Federal. A Constituição destaca direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, e inclui a separação dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Foi elaborada por uma assembleia constituinte, composta por representantes eleitos pelo povo. O regime político é uma república federal presidencialista. A Constituição concede autonomia aos partidos políticos e institui o pluralismo político. Ela busca construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo a dignidade da pessoa humana e a igualdade perante a lei. A CF 88 difere das anteriores por suas normas fundamentadas na dignidade da pessoa humana, chamada de Constituição Cidadã. Acabou que o Estado fortaleceu-se da redemocratização depois da queda da Ditadura Militar(1964-1985).

### Conclusão

A Constituição Federal vigente de 1988 formulou uma nova Carta Magna. Garantindo a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas de caráter progressista. Contudo, decorreu por 558 constituintes que elaboraram 245 artigos, considerada a mais completa, principalmente no sentido de garantir os direitos à cidadania para o povo brasileiro. Outrossim, é marcada pela variedade de crenças políticas, mostrando a importância do pluralismo político e a divisão harmoniosa dos poderes da União.

### Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 3 de abril. 2024.
- LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva. (última edição possível) Acesso em: 3 de abril. 2024.
- PEREIRA, Aline Ribeiro. Tire todas as suas dúvidas sobre a CF/88: Constituição Cidadã: O que é a CF/88?. \*\*aurum,\*\* 2022. Disponível em:<https://www.aurum.com.br/blog/cf-88/>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- PINHEIRO, Victor Marcel . O papel do contexto histórico da ANC nahermenêutica constitucional. \*\*conjur,\*\* 2023. Disponível em:<https://www.conjur.com.br/2023-ago-26/observatorio-constitucional-papel-assembleia-nacional-constituente-interpretacao-cf88/>. Acesso em: 24 mar. 2024.